

O PORTUGUÊS “BRASILEIRO” E O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO: ELEMENTOS CONSTITUINTES QUE ULTRAPASSAM ALTERAÇÕES NA ESCRITA

Sílvia Fernanda Souza Dalla Costa

RESUMO: Este trabalho reflete sobre aspectos históricos e culturais que envolvem o acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigência no Brasil a partir de 2009. Com discussões iniciadas na década de noventa, o atual acordo busca unificar a ortografia, que até então possuía duas formas oficiais: a praticada no Brasil e a praticada em Portugal (e dos demais países lusófonos). Apresenta, ainda, a visão de alguns autores sobre lusofonia, identidade e como a Língua Portuguesa foi cantada em prosas e versos no Brasil.

Palavras-chave: Acordo ortográfico; Língua portuguesa; Lusofonia.

1. Língua Portuguesa por mares nunca dantes navegados: a expansão da Língua Portuguesa

As palavras organizam a vida dos indivíduos? Ou será o contrário? O que a história aponta é que uma língua acompanha, prospera ou decai de acordo com a civilização, população, comunidade falante que possui. Pode-se dizer que, não foi diferente o que ocorreu com a Língua Portuguesa, cantada pelos poetas como a última Flor do Lácio, região de surgimento do latim, língua da qual foi derivada.

Desde que a Língua Portuguesa atravessou os mares com os colonizadores, chegando ao Brasil e a outras colônias posteriores de Portugal, ela se expandiu e tornou-se a língua do “dominador”, aquele que impunha seu poder e sua cultura aos povos colonizados. Este estigma acompanha a Língua Portuguesa, em especial, porque a relação colonizador-colônia nem sempre (ou melhor seria dizer em geral?) não é uma relação amistosa.

Há quem diga que o Brasil é um caso especial. Não apenas por ser tido como um país “tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, como entoava a canção popular, de composição de Jorge Ben Jor e Wilson Simonal. Talvez porque no Brasil nem a colonização, nem a independência foram processos que resultaram em guerras civis, ou que cindissem estruturas hierárquicas e de poder já estabelecidas, como em outros países que tem a Língua Portuguesa como língua oficial, nos quais a independência foi o resultado de dolorosos processos de guerra.

A história do Brasil aponta que a participação dos Jesuítas nesse processo de difusão e aceitação da Língua Portuguesa pelos nativos indígenas (brasileiros), que se comunicavam em línguas indígenas pertinentes às tribos em que nasciam e se criavam, aconteceu por meio de um misto de fé, catequização, “adestramento” e expansão cultural. O indígena que miscigenou com o Português, tanto no sentido de raça, como também no aspecto linguístico, não era mais o mesmo indígena: era, a partir de então, também um usuário da Língua Portuguesa. Mas os Jesuítas de outrora, hoje podem ser, por analogia, comparados aos religiosos que vivem em países como o Timor-Leste. Este, tornado independente em 2002, possui muitas línguas nativas e tem o Português como língua oficial, ao lado do Tétum. Os religiosos, provindos de diferentes instituições de países como Portugal e Brasil, possuem importante papel na descrição destas línguas nativas do Timor.

Ao analisar esta relação existente entre catequização e uso da língua, tem-se que:

O início da colonização do Brasil pôs em contacto o português europeu do século XVI com a língua falada pelos habitantes da terra recém-descoberta. Na altura, os índios eram em número muito superior aos portugueses que, durante largos anos, se viram obrigados a aprender a nova língua. Em 1561, escrevia do Brasil o Padre Manuel da Nóbrega que, “para lá”, a língua da terra era a “mais principal ciência”. A missionação dos jesuítas reforçou a necessidade de aprendizagem da língua dos índios falada ao longo do litoral – uma das chamadas ‘línguas gerais’ –, utilizada pelos catequizados simultaneamente com o português. (MATEUS, 2003, p.87)

Também no caso da recém-criada nação de Timor- Leste, segundo a perspectiva do linguista Luiz Filipe Thomaz (2002, p.143 *apud* BRITO, 2010, p.180) é: “Através dessa cultura mestiçada (de que o catolicismo e a Língua Portuguesa são talvez os dois elementos-chave) a população timorense em geral e a sua classe dirigente em especial integram-se num universo cultural mais amplo, o da civilização lusófona”. Percebe-se, assim, que a religião, mesmo quinhentos anos depois da colonização brasileira, é um forte elemento de cultura e de expansão da Língua Portuguesa, ao mesmo tempo em que os religiosos assumem importante papel na descrição das línguas nativas, sistematizando-as para que não se percam à medida que se diminuem o número de falantes..

Países diferentes, localização geográfica em diferentes continentes, diversidades de usos e de significações. É neste contexto que se insere a Lusofonia, que nas palavras de Mia Couto (2007), é traduzida como “o quanto a língua portuguesa nos serve como cartão de identidade numa realidade linguística tão dispersa e fragmentada”.

Embora inicialmente este artigo apresente uma reflexão sobre o processo de expansão da Língua de Camões, como metaforicamente poetas e escritores se referem à Língua Portuguesa, pretende discutir aspectos relacionados ao novo acordo ortográfico para os países de Língua Portuguesa, que entrou em vigor, no Brasil, em 2009, mas que iniciou suas discussões no início da década de 90 (o documento inicial do acordo ortográfico data de 16 de dezembro de 1990). Ou seja, o acordo hoje é um jovem, gestado por diferentes países e entidades, modificado, alterado de forma que procurasse contemplar uma diversidade de falares, culturas e povos diferentes entre si, que, no entanto, possuem a Língua Portuguesa como meio oficial de expressão com demais países.

1.1 “Se há tanta diferença, porque tanto esforço para unificar? - Aspectos político-culturais do Acordo Ortográfico

A CPLP – Comunidade dos países de Língua Portuguesa, em seu site oficial (www.cplp.org) admite e define a área de abrangência dos países lusófonos como “vasta e diversa”, em especial por esta ter terras “espalhadas” por quatro continentes - Europa, América, África e Ásia – e ser um espaço descontínuo, com realidades muito diversas.

Segundo o texto do Acordo Ortográfico instituído em 16 de dezembro de 1990, em seu artigo 2º, “Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1º de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.”.

Mais do que um esforço banal como considerado pelo senso comum, ou mesmo como “algo que mudou o Português”, como pregam os meios de comunicação, o que o

acordo ortográfico busca é uma maior representatividade da Língua Portuguesa, que hoje é a terceira língua ocidental mais falada no mundo, mas que ainda não possui o “*status*” de língua da ONU- Organizações das Nações Unidas. Hoje, a maioria de seus falantes é constituída por brasileiros, da terra que outrora fora colônia portuguesa; no Brasil, o português é língua materna da esmagadora maioria da população (poucas são as tribos indígenas que sobreviveram ao processo de colonização e estas, vivem em comunidades semi-isoladas e, em geral, convivem com o português quando começam a frequentar a escola regular, que por lei deve ser bilíngue). É, sem dúvida, hoje, o maior país em expressão de Língua Portuguesa, tanto em relação ao número de falantes, como em mercado editorial.

Em relação ao Acordo Ortográfico em vigor a partir de 2009, o site oficial da CPLP traz que:

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa já está em vigor em alguns dos Estados-membros da CPLP. Aguarda-se a sua ratificação pelos demais países para garantir a expansão da língua nos seus factores extra linguísticos, consolidando o discurso científico que produz, as expressões cultural e artística que cria, as relações económicas que veicula e as suas demais dimensões, como a promoção no cenário Internacional.

A promoção internacional da Língua Portuguesa, necessidade em um mundo em que as relações comerciais, técnicas e científicas estão cada vez mais globalizadas, é levantada pela CPLP como um fator determinante para que este acordo entre no “uso e no dia a dia” da população, bem como que não seja entendido como um fator que distancie a população (cada vez mais) da língua formal culta. Já em épocas passadas, quando do acordo que tornava a língua mais fonética e menos etimológica, houve também manifestações contrárias. Como se percebe neste exemplo: “Imaginem esta palavra *phase*, escripta assim: fase. Não nos parece uma palavra, parece-nos um esqueleto (...). Afligimo-nos extraordinariamente, quando pensamos que haveríamos de ser obrigados a escrever assim!” (FONTES, Alexandre. A questão orthográfica. Lisboa, 1910, p.09 *apud* SOARES, 2010). Tal fragmento, escrito às vésperas da Reforma de 1911, abordava a reforma que em Portugal, procurou tornar a língua menos etimológica e mais fonética. Muitos linguistas da época apoiaram a Reforma por entendê-la como benéfica ao aproximar a língua escrita da falada, no entanto, mesmo assim observa-se que houve opiniões contrárias. Em suma, toda mudança, por mais singela que seja, gera insegurança e pode ocasionar opiniões de diferentes esferas.

Scarton (2009, p.41-42), em artigo editado junto a outros pesquisadores na obra “Novo acordo ortográfico da língua portuguesa: questões para além da escrita”, em relação ao acordo atual, aponta que:

(...) o Acordo fez correr muita tinta nessas últimas décadas, e o montante de textos, opiniões, pontos de vista, considerações, considerandos, manifestos, manifestações origina(r)am-se de duas vertentes: a do senso comum e do olhar que vê a língua na dependência de múltiplos factores – históricos, políticos, sociais, emocionais. Mudando-se de perspectiva, o fluxo, o cabedal, o caudal de opiniões, pode ser classificado sob duas outras rubricas: a da análise serena, desapaixonada, ponderada, científica, histórica, política; e a da análise fruto da desinformação, inspirada em sentimentos nacionalistas, no preconceito, no desconhecimento da história e do contexto presente.

Para corroborar, exemplifica-se de duas opiniões de estudiosos da língua sobre o acordo de 2009, logo no início de junto divulgação, no início de 2008. A primeira de Francisco Marins, escritor pertencente à Academia Paulista de Letras e que foi um dos representantes da entidade nas discussões sobre o acordo ortográfico:

(...) a unificação ortográfica é importante, já que o português é a terceira língua mais falada no mundo ocidental. Além disso, é fundamental para os livros terem trânsito entre todos os países lusofônicos, as escolas ensinarem o mesmo português e os documentos oficiais terem grafia semelhante. Serão atendidas as principais exigências para que a língua portuguesa seja única conforme solicita a Organizações das Nações Unidas (ONU). (MARINS, 2007 *apud* COSTA, 2007).

Já, para o linguista Luiz Antônio Cagliari, da Universidade Estadual Paulista-UNESP, o acordo ortográfico não deveria visar à unificação, uma vez que:

Unificar a ortografia é um equívoco. Apesar de seguir regras de uso, tiradas de uma tradição, a ortografia, como a linguagem em geral, sofre transformações no tempo e no espaço. A história da ortografia mostra que a escrita se transforma continuamente (...) Estive em reuniões em Portugal com acadêmicos e escritores que discutiam a unificação. Eles acham a reforma totalmente desnecessária. De fato, esta reforma, ao contrário da feita na década de 1910, representa um gesto brasileiro contra a tradição da língua. Para uma pessoa culta, a escrita traz as marcas da pátria, da história, e isso fica prejudicado por leis que pretendem que todos sejam iguais. (CAGLIARI, *apud* COSTA, 2007).

A partir do exposto é possível analisar que o acordo ortográfico, embora suscite percepções diferenciadas, algumas até mesmo extremistas, conseguiu alcançar um patamar que uma reforma no campo da escrita jamais atingiu, ao menos no Brasil: chegar à discussão popular. Meios de comunicação de massa tiveram papel relevante neste feito: ouve-se, desde o início de 2009 comerciais televisivos, alertando sobre as modificações na escrita propostas pela reforma; periódicos, como o exemplificado na figura 1, o *Jornal Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, deixaram explícita a convivência das duas formas ortográficas logo que houve a vigência do acordo; programas de entretenimento usaram o conteúdo da reforma como meio de competição; entre outras formas aqui não relatadas.

A população começou a opinar, a tentar entender o que outrora era assunto de linguistas e restrito ao mundo acadêmico. Muitas destas talvez apenas tenham contribuído para que surgissem tantas opiniões de senso comum, muitas sem nem conhecer todos os tratamentos e convenções internacionais que tiveram como foco este acordo, bem como a importância que pode assumir em um contexto político internacional.

Todavia, é válido ressaltar que a língua escrita nunca atingira tantas pessoas como hoje o faz, pelo simples fato nos últimos 40 anos (1971, data da última reforma ortográfica no português brasileiro) ter aumentado o número de escolarizados e usuários de formas escritas da língua.

O acordo ortográfico, equivocadamente, tomou a mídia sendo chamado de Reforma e também foi motivo de brincadeiras e ironias que circularam por diferentes meios de comunicação, como a que se pode observar na charge abaixo.



Figura 1 – Grump - Orlandeli

Fonte: Acordo ortográfico em quadrinhos.

A charge ironiza que a população, preocupada com as dificuldades que possivelmente poderiam ser advindas do acordo ortográfico. No entanto, critica a minimização que a “fala por escrito”, utilizadas em programas de comunicação instantânea (chats, msn, entre outros) produz, ironizando que a produção escrita, sem a preocupação em seguir a norma culta é bem mais preocupante que a adequação ao acordo ortográfico. Na verdade, acaba por misturar conceitos diferenciados de usos da língua, o que gera a ironia.

Já, na figura 2, a ironia está justamente na forma equivocada como a palavra “Reforma” foi aplicada:



Figura 2 – Charge Mangabeira

Fonte: Blogmangabeira(2010).

Na charge, a palavra reforma é colocada em evidência e o motivo de ironia, tendo em vista a crítica inicial de “para que mudar?”. Ou seja, a visão de que em um país em que há necessidade de reforma política, reforma agrária e reforma tributária, condições que afetariam diretamente os recursos e a vida da população, preocupar-se com uma “reforma ortográfica” seria algo desnecessário. Materiais como esta charge, entre muitas outras, auxiliaram para que a reforma ortográfica chegasse à discussão popular, todavia com um conceito de senso comum, de algo desassociado da necessidade do país.

Neste sentido, o quadro abaixo, extraído de Scarton(2009), apresenta os principais fatos que marcaram a evolução ortográfica da Língua Portuguesa,

contemplando os principais acordos promulgados entre Brasil e Portugal. O que difere também é que a CPLP, como representante dos países que tem o Português como língua oficial (embora não seja em todos que a maioria da população o utilize como primeira língua, a língua de comunicação geral) pela primeira vez tem um tratado que envolva todos seus estados-membros, também no sentido de fortalecer o conceito de Lusofonia.

QUADRO 1 – Cronologia dos principais fatos da evolução da ortografia da língua portuguesa

Período/ Ano/ País	Acontecimento/ alteração proposta
Séc. XII – séc. XVI	Período fonético.
Séc. XVI – séc. XX	Período Pseudoetimológico.
Séc. XX – ...	Período simplificado (chamado também de científico ou moderno).
1904 – Portugal	Surgimento da obra <i>A Orthografia Nacional</i> , de Gonçalves Dias.
1907 – Brasil	Surgimento do primeiro projeto de reforma, proposto pela ABL.
1910 – Portugal	Implantação da República e nomeação de comissão para o estabelecimento de uma ortografia simplificada.
1911 – Portugal	Conclusão da reforma iniciada em 1911
1915 – Brasil	Aprovação pela ABL de projeto de ajustamento da reforma brasileira aos padrões da reforma portuguesa de 1911, com eliminação de todas as divergências.
1919 – Portugal	Revogação pela ABL do estabelecimento de 1915.
1920 – Portugal	Adoção da ortografia de 1911.
1931 – Portugal/Brasil	Primeiro acordo ortográfico entre Brasil e Portugal. Adoção do regime lusitano.
1934 – Brasil	3ª Constituição – revogação dos decretos anteriores sobre ortografia do Português do Brasil (incluindo derrubada do acordo de 1931).
1938 – Brasil	Restauração, no Brasil, do Acordo de 1931.
1940 – Portugal	Publicação do <i>Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> - acordo de 1931
1943 – Brasil	Publicação do <i>Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> e do <i>Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> , com base no acordo de 1931 e no dicionário da Academia das Ciências de Lisboa.
1943 – Portugal/ Brasil	<i>Convenção Ortográfica</i> entre Brasil e Portugal.
1945 – Portugal/ Brasil	Realização da Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, com proposta de unificação radical, devido à divergência nas publicações anteriores. Acordo acolhido pelos dois países.
1955 – Brasil	Revogação, por parte do Brasil, do acordo de 1945, com a volta das disposições de 1943. Manutenção do acordo de 1945 por parte de Portugal.
1971 – Brasil	Supressão do acento circunflexo diferencial da maioria das palavras, do acento grave e do acento circunflexo da sílaba subtônica das palavras derivadas e do trema facultativo.
1973 – Portugal	Supressão do acento grave e do acento circunflexo que marcavam a sílaba subtônica das palavras derivadas, a exemplo do Brasil (1971).
1975 – Portugal/ Brasil	Elaboração do acordo pelas duas Academias, sem aprovação oficial, dadas as condições políticas em vigor.
1986 – Países luso-falantes	Assinatura de Acordo reunindo sete países que têm o português como língua oficial; não vingou por se tratar de reforma muito radical.
1990 – Países luso-falantes	Assinatura de novo Acordo, menos radical, por sete países que têm o português como língua oficial.
1994 – Países luso-falantes	Data estabelecida para entrada em vigor do Acordo de 1990, o que não ocorreu.
1995 – Brasil	Aprovação do Acordo de 1990 pelo Congresso Nacional.
1998	Assinatura do <i>Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico</i> , que retirou do texto original a data para sua entrada em vigor.
2004 – Países luso-falantes	Assinatura do Segundo <i>Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico</i> , que permitiu a adesão do Timor Leste e estabeleceu como suficiente a assinatura de três países ao Acordo de 1990 para sua entrada em vigor.
2008 – Portugal/ Brasil	Aprovação do Acordo de 1990, no Parlamento Português. Promulgação do

	Acordo por Brasil e Portugal.
01/01/2009	– Entrada em vigor do Acordo de 1990.
Portugal/Brasil	
2009 – 2012	Período de transição, com a coexistência das duas normas.
2013	Vigência tão somente do Acordo de 1990.

FONTE: (SCARTON, 2010, p.43-45).

Percebe-se, por meio da retrospectiva histórica apresentada no quadro 1, que a preocupação com a unificação da ortografia não é algo recente, pois sempre esteve em voga nas discussões linguísticas entre Portugal e Brasil. No entanto, observa-se também que muitas vezes questões políticas acabavam por interferir ou revogar decisões. O Acordo ortográfico atual, visa, assim, lançar a Língua Portuguesa no contexto das línguas universais, papel que hoje o Brasil, por número de falantes, dimensão territorial e comercial tem que assumir, conforme se observa no excerto a seguir:

O novo acordo ortográfico é uma das criações pós-modernas que se situa, neste momento, no centro da vasta globalização e se manifesta como polêmica e intensa atividade em torno da dupla finalidade (...) - a unidade intercontinental do português e um maior prestígio do português no mundo - podemos assegurar que instituir uma ortografia oficial única da Língua Portuguesa e com isso aumentar o seu prestígio internacional só poderá trazer benefícios à Língua Portuguesa, dando fim à existência de duas normas ortográficas oficiais divergentes: uma no Brasil e outra nos demais países lusófonos. (BASTOS, 2009, p.59)

Defende-se, portanto, que o acordo ortográfico, resultado de anos de discussões para que a língua não se descaracterize, muito embora se perceba a necessidade de unificá-la para que possa ser fortalecida. Para Bastos (2009, p.61) quando falamos em ortografia da Língua Portuguesa precisamos entendê-la como dois momentos históricos: “época da expansão pelo domínio territorial e pela imposição da Língua Portuguesa (século XVI) e época de expansão pela aproximação de escrita da Língua Portuguesa visando ao enfrentamento da globalização (século XXI) – nos leva à percepção da dimensão sociocultural que envolve o ato linguístico em toda sua extensão pelo espaço lusófono”.

1.2 A Língua de Camões e a Língua Portuguesa dos Brasileiros: uma vertente e duas línguas?

A partir das discussões sobre a importância que o novo acordo ortográfico, é evidente destacar que dois são países que se destacam como falantes em expressão da Língua Portuguesa: Portugal e Brasil. Aquele por ser o colonizador, que expandiu o Português nas conquistas territoriais; este pelo número de falantes e importância comercial (e porque não dizer editorial) que assume, conforme se observa:

Com seu enorme território (mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e sua população de 120 milhões de habitantes, o Brasil não está em proporção com Portugal (92.000 km² e 9 milhões de habitantes). A língua desse imenso país é, no entanto, o português. Essa massa de lusófonos brasileiros contribui de uma forma decisiva, na altura do século XX em que vivemos, para fazer do português uma língua de importância internacional. (TEYSSIER, 2007, p.93).

Embora coloquialmente utilizados os termos, não há um português brasileiro, um português africano e um português de Portugal. Há sim diferentes pronúncias, construções lexicais para uma mesma língua. Língua esta que sofreu modificações ao longo do tempo e que muitas vezes gerou várias tentativas de acordo e de unificação.

No Brasil, o escritor pré-modernista Monteiro Lobato, já fazia a seguinte defesa:

Assim como o português saiu do latim, pela corrupção desta língua, o brasileiro está saindo do Português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.

Aceitemos o labéu, e corrompamos de cabeça erguida o idioma luso, na certeza de estarmos a elaborar obra magnífica (...)

A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou no Brasil. Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileiríssimo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500. E, desde então, não se passou um só dia sem que a língua do reino não fosse na Colônia infiltrada de vocábulos novos, de formação local, ou modificados na significação dos antigos. (LOBATO, Monteiro. A Língua Nacional. In: **Revista D. Casmurro**, 1938).

Buscando aporte nas teorias linguísticas, é possível encontrar pressupostos que nos levam a entender que língua é atividade, é a forma pelo qual todo um povo interage e mantém suas relações comunicacionais, afinal, a língua não existe sem o ser humano. Encontramos ainda, quando nos referimos a perspectivas sobre as relações entre língua e cultura, o filósofo alemão Wilhelm von Humboldt, que postula que “o espírito de uma nação está contido na língua que fala” (*apud* MATEUS, 2003) a língua não é ÉRGON (obra), mas sim ENERGÉIA (atividade), ou seja uma língua não é uma obra, que pode ser analisada depois de pronta e acabada, repassada a uma colônia sem as interferências que a sua imersão irá sofrer com o contato de uma população. A língua – seja ela o Português ou qualquer outra – está constantemente se transformando, em uma dinâmica. E, é nessa perspectiva que surge a noção de que é o no processo de uso da língua, que as línguas se modificam. Com base neste pressuposto linguístico poder-se-ia afirmar que tentar unificar é como que querer impedir a evolução natural das línguas. Por isso, entender que uma língua é composta também das influências que sofre e não apenas da história que carrega, o que se corrobora no excerto a seguir:

Tem-se lido, por exemplo, que a língua portuguesa nasceu em um território lusitano, ou na Península, e, por isso, deveria ser unicamente esta a variante a servir de padrão para as demais. Tal opinião, nada mais é do que uma manifestação de um sentimento imperialista em relação à língua, uma pretensão totalmente descabida de arvorar-se em dono da língua., uma distorção histórica que não leva em conta que a língua de Camões é uma construção coletiva de romanos, galegos, portugueses, africanos, brasileiros, asiáticos, e dos índios tupi, guaranis.(SCARTON, 2009, p.42).

Por isso, retomando a afirmação feita no início deste artigo, a relação do Brasil com o colonizador foi uma relação especial, talvez por não ter sido marcada por guerras. Percebe-se sim que o “português brasileiro”, aos moldes do que escritores românticos e modernistas, defenderam, ao querer que o português brasileiro fosse uma língua que

configurasse nossa identidade nacional, não deveria ser a réplica do de Portugal, uma vez que ele teve a incorporação de falares expressões indígenas e se modificou. Exemplo do ideário romântico de língua nacional é o personagem Policarpo Quaresma, do Pré-modernista Lima Barreto, o qual demonstrava seu esforço sobre-humano para difundir a ideia de que o Brasil precisava ter uma língua brasileira, em uma preocupação ufanista de preservar nossa identidade linguística nacional.

A verdade é que, ao revés de Policarpo Quaresma, que acreditava ser o Tupi a língua que poderia garantir às origens de uma língua nacional, a Língua Portuguesa é cantada em prosas e versos, é há a preocupação de linguistas e escritores em preservar sua norma culta. Por meio dessa reflexão, amparamo-nos no belo poema de Olavo Bilac, poeta parnasiano, denominado Língua Portuguesa.

Língua Portuguesa

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amote assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço **agreste** e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!*
(BILAC, Olavo. Língua Portuguesa)

Bilac, reverenda a língua de Camões, a qual define como culta e bela, que a subtende como maternas. Já, o modernista Oswald de Andrade, na defesa de uma criação sem métrica e de uma língua de uso popular, apresenta no poema “Pronominais” uma visão de língua popular, que nem sempre corresponde à sua forma gramatical, de acordo com a Norma culta, ao discutir a forma da colocação pronominal ênclise (dê-me), no início de frases, ao contrário da popular próclise (Me dá) no início da frase.

Pronominais

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.”*
(Pronominais - Oswald de Andrade. In: Antologia Poética).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar aspectos históricos e culturais que envolvem o atual acordo ortográfico, não tem como deixar delado a preocupação que se tem ao analisar a Língua como um fator de identificação cultural. Mais do que modificar a escrita, mesmo que

não de maneira significativa, as políticas de língua envolvem origens de cunho cultural e trazem a tona o ideário de colonização, que perpassou a difusão da Língua Portuguesa para suas colônias. No entanto, reforçar o uso de uma grafia única com a finalidade fortalecer o idioma também é uma forma de procurar configurar um espaço para a Lusofonia no contexto da globalização, como característica inerente aos países que são falantes da Língua Portuguesa. Conclui-se com base em Martins (*apud* BARBOSA, 2006) quando define que as figuras de lusofonia e de comunidade lusófona não podem remeter para um imaginário único, mas sim para múltiplos imaginários lusófonos; não apenas pelo que entendem os portugueses, mas sim os pertencentes a todos os povos falantes da Língua Portuguesa. Tal fato remete a um imaginário lusófono concebido pela pluralidade e pela diferença. Talvez, devido a isso, o espaço cultural da lusofonia é um espaço necessariamente fragmentado.

Que o acordo ortográfico consiga projetar a Língua Portuguesa mundialmente, preservando o que dela é inerente: a configuração diversa, de cores e povos que preservam sua cultura travestidos de uma mesma língua.

REFERÊNCIAS

ACORDO ortográfico em quadrinhos. Disponível em: <http://pribi.com.br/arte/acordo-ortografico-em-quadrinhos>. Acesso em 12.mai.2011.

BASTOS, Neusa Barbosa. Uma reflexão sobre a ortografia- séculos XVI e XXI. In: MOREIRA, M.E; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.) **Novo Acordo ortográfico da Língua Portuguesa: questões para além da escrita**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BRITO, Regina Helena Pires. Temas para a compreensão do atual quadro lingüístico de Timor-leste. In: **Revista Ciências e Letras**, n.48. Porto Alegre, p.175-194, jul/dez 2010. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>.

COSTA, Fábio. **Entrevista com o Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari**. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao02/02e_lcc.php, Acesso em 20 mai.2011(Entrevista originalmente publicada na Revista Agência Fapesp em 29/08/2007).

COMUNIDADE dos países falantes da Língua Portuguesa – CPLP. **Acordo Ortográfico**, de 16 de dezembro de 1990. Disponível em: www.cplp.org

COUTO, Mia. **Língua Portuguesa: cartão de identidade dos moçambicanos**. Alocução produzida na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: a Experiência Portuguesa. 19. jun. 2007. Disponível em <http://www.jornalistas.online.pt/noticias.asp>

LOBATO, Monteiro. A Língua Nacional. In: **Revista D. Casmurro**, 1938.

MARTINS, Moisés de Lemos. Lusofonia e luso-tropicalismo – equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: reflexões lusófonas**. São Paulo: EDUC, 2006.

MATEUS, Maria Helena Mira. Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreenda que uma língua viva em diferentes culturas? In: **Revista de Letras** – n. 25, v. 1/2 - jan/dez. 2003.

MOREIRA, M.E; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.) **Novo Acordo ortográfico da Língua Portuguesa: questões para além da escrita**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SCARTON, Gilberto. A orthografia da lingua portugueza, que virou ortografia. In: SILVA, Maurício. **O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. Ed. Contexto.2008.

SOARES, Rosalina. **Guia ortográfico da Língua Portuguesa:** orientações sobre o novo acordo. Editora Positivo, 2008

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa.** Trad. Celso Cunha. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TUFANO, Douglas. **Guia prático da nova ortografia.** Ed. Melhoramentos, 2008.